



### A Transição para a Eletromobilidade como Estratégia de Governança Climática e implementação das NDC's no Cenário Pós-COP30

#### Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas  
Lucas Almeida Coité

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

#### Introdução

O cenário pós-COP30 exige que o Brasil consolide mecanismos práticos para o cumprimento das metas de descarbonização estabelecidas no Acordo de Paris. O setor de transportes, historicamente dependente de combustíveis fósseis, surge como um nó crítico na governança climática nacional. A introdução de veículos híbridos e elétricos transcende a mera inovação tecnológica, inserindo-se no debate do constitucionalismo climático ao exigir um arcabouço jurídico que garanta a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). A relevância do tema reside na necessidade de alinhar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental, assegurando que as políticas públicas atuais não comprometam a estabilidade climática para as futuras gerações, cumprindo assim o imperativo da justiça intergeracional.

#### Objetivo

Analisar os desafios jurídicos e os instrumentos de implementação das NDCs brasileiras através do fomento à eletromobilidade, verificando como a substituição da frota a combustão por motores híbridos e elétricos contribui para a consolidação da governança climática e do constitucionalismo ambiental no Brasil.

#### Material e Métodos

A presente pesquisa utiliza o método dedutivo com abordagem qualitativa. Realizou-se uma revisão bibliográfica e documental, analisando-se o texto do Acordo de Paris, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) e as metas atualizadas das NDCs brasileiras apresentadas à UNFCCC. O estudo integra o âmbito do projeto multicêntrico em Direito Ambiental, focando na intersecção entre o regime jurídico das emissões móveis e os princípios de Direito Internacional Climático. Foram consultados dados técnicos de agências reguladoras e literatura especializada sobre o impacto ambiental de motores elétricos em comparação aos motores de combustão interna.

#### Resultados e Discussão

Os achados indicam que a transição para motores elétricos e híbridos é um dos pilares mais eficazes para a redução imediata de poluentes locais e GEE nas zonas urbanas. Juridicamente, a implementação desses instrumentos encontra obstáculos na falta de incentivos fiscais homogêneos e na ausência de uma infraestrutura

# VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



de recarga regulamentada. A discussão aponta que o constitucionalismo climático exige que o Estado brasileiro adote medidas proativas que vão além da retórica política. A governança climática pós-COP30 deve integrar o fomento à tecnologia sustentável como um direito fundamental à segurança climática. Observa-se que a justiça intergeracional é atendida à medida que a mitigação das emissões no transporte desacelera o aquecimento global, protegendo os direitos de populações futuras em conformidade com os compromissos assumidos internacionalmente.

### Conclusão

Conclui-se que a eletromobilidade é um instrumento viável e essencial para a implementação das NDCs no contexto do Acordo de Paris. Os desafios jurídicos residem na criação de normas que incentivem a substituição da frota e na regulação do mercado de carbono. O sucesso da transição depende de uma governança climática robusta que reconheça o transporte limpo como dever ambiental e ético.

### Referências

- BRASIL. Lei nº 12.187/2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Brasília, 2009.
- IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report. Geneva, 2023.
- SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. Constitucionalismo Ecológico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.
- UNFCCC. Adoption of the Paris Agreement. COP 21 Report, 2015.